

Tempo da segurança*

Eric de La Maisonneuve**

*** General de divisão, o autor é presidente da Société de Stratégie. Seu mais recente livro publicado: Le métier du soldat, Éditions Économic, Paris, 2002.*

As dificuldades vividas neste começo de século no que tange à proposição de novas orientações para a questão da Defesa e da Segurança, em grande parte derivam de certas idéias fixas que abrigamos no decorrer do século precedente. Vivíamos então obsedados pelo ‘medo’ da violência que ele secretava e ficamos persuadidos de que toda situação conflituosa é sinônimo desse tipo de conflagração global, mundial, que lhe foi característico. Não nos enganemos quanto à nossa época! O século XX está encerrado. Se dele é importante guardar memória, como a dos 150 milhões de vítimas do mais devastador período de nossa história, também é tempo de nos desvencilharmos desse mundo tornado obsoleto. A época atual, chamada Era da Informação ou da Democracia, não tem muito em comum com esse irretornável passado. Entramos nesta nova modernidade por etapas sucessivas, mas decisivas. Primeiramente, após a Segunda Guerra Mundial e a interdição da guerra que de fato ocorre com a adoção, pela quase

* Originalmente publicado no sítio <http://www.societe-de-strategie.asso.fr/agirpr.html>, a cuja editoria agradecemos a autorização de veiculação em C&p. A tradução é de Ailton Benedito de Sousa.

totalidade dos Estados, da Carta da ONU. Em seguida, nessa nova modernidade entramos com o fim da Guerra Fria e o esvaziamento do dualismo que suscitou o antagonismo de dois sistemas políticos. Por fim, muito provavelmente nela entramos com a recente vaga de atentados terroristas e a ferida profunda que eles têm trazido à própria noção de potência – e de invulnerabilidade.

O século XXI apresentar-se-ia, portanto, melhor. Em muitos de seus aspectos e frente à atualidade, pode-se disso duvidar, tendo em vista quão catastrófico ele nos aparece. Nada obstante, estatisticamente é menos pior. Uma vez rejeitada a clausewitziana fatalidade da guerra, aceito o caráter utópico e inacessível da paz, cumpre-nos consentir em ver o mundo em sua realidade e aceitar nossa condição, a de não poder viver nem na paz nem na guerra, mas nesse estado de incerteza permanente e de conflito latente, que é a crise. Situação efetivamente perigosa, porque sintomática de uma violência intrínseca, polimorfa, tão difícil de determinar, precisar, quanto de dominar, diante de cujas manifestações os povos, surpresos e sobressaltados, exprimem uma exigência maior que tem por nome segurança.

Conflitividade e hostilidade. É verdade que a conflitividade contemporânea é inquietante. De pronto, ela parece inédita porque, por uma lado, situa-se num nível infra-estatal; por outro, suas manifestações são levadas a cabo e apoiadas – alhures e de modo inusitado –, em lugares exóticos e sob modos assimétricos desconcertantes. Ela é também surpreendente porque, na impossibilidade de poder levantar os Estados uns contra os outros, ela se recolhe ao seio das sociedades para lhes perverter e lhes enfraquecer. Ela parece inesgotável quer pela duração dos conflitos e energia incansável dos atores, quer pela inaptidão quase geral de dominá-la que experimentam os sistemas clássicos de defesa, concebidos para a confrontação. O planeta nos parece então cada vez mais caótico e violento, com a trintena de conflitos que poluem regiões inteiras senão continentes como a África, com um terrorismo polimorfo tão indescritível quanto inapreensível, com a inseparável insegurança da vida quotidiana, com a delinqüência, o banditismo, a criminalidade. Tudo isso é bem real e dificilmente aceitável por

muito tempo, salvo se por medo de apodrecimento ou do contágio de situações que possam se generalizar e nos fazer voltar a formas de conflito global. É por isso que é necessário encontrar sem tardança remédios adequados, senão soluções originais, uns e outros devendo se afastar de sistemas elaborados para outros tempos e circunstâncias, quando se tratava de assegurar a Defesa de nações.

Mas nós não estamos neste ponto extremo e será difícil nos fazer crer na iminência de uma conflagração mundial. Desconfiemos dessa tendência exagerada pelos meios de comunicação de massas ‘de teatralizar o presente’ e saibamos relativizar os acontecimentos. Quão dolorosos sejam eles para os homens que deles são vítimas, quão desestabilizador para as sociedades que os sofrem, estes conflitos, ditos de intensidade fraca, e estas desordens, aí incluído o terrorismo devastador, não são comparáveis nem por sua amplitude nem por sua natureza, aos dramas colossais, inauditos, da Guerra de Trinta Anos da primeira metade do século 20. As batalhas de hoje nada têm em comum com os grandes ‘massacres’ desse passado, de Verdun ou do Somme, de Dunquerque ou de Stalingrado... A doutrina da ‘Morte Zero’ em si há muito diz sobre nossa condenação definitiva a essas hecatombes. Após essas carnificinas tão ruinosas quanto irracionais, hoje parece que compreendemos que certa maneira clássica e frontal de apreender o que se chama Defesa, está obsoleta, uma vez que ineficaz. Cumpre nos desvencilharmos do século XX! E voltarmos a noções mais civilizadas, mais consentâneas com os seres humanos que nós somos, para os quais a guerra não foi sempre esta “estúpida continuação da política por outros meios”, mas antes a necessidade de fugir e a compulsão por sobreviver. Cumpre também não cair no lado oposto, uma espécie de ‘bom-mocismo’ que faça crer na iminente erradicação da violência da face do planeta.

Sem necessariamente querer ou dever sofrê-la, há um nível de violência cujas marcas teremos grande dificuldade em eliminar. Isso porque a natureza humana é essa mesmo, nossos instrumentos de regulação e de negociação são muito imperfeitos, a vilania e a corrupção se generalizam em setores inteiros de nossos sistemas econômico, industrial e político, alimentando uma violência que

lhes serve de álibi, muitas vezes de argumento de poder. Este mundo sem dúvida alguma tem mais necessidade de solidariedade e de fraternidade do que de carros de combate e de canhões, cuja destinação não se adapta a esses tipos de problemas. Além da própria natureza das situações conflituosas, o que se transformou de maneira radical foi a causa da hostilidade, da beligerância. Após 1945, sobretudo após 1989, desaparece o inimigo real. Seu desaparecimento – perdurável, para não dizer definitivo – nos obriga a nos desembaraçarmos dessa obsessão da ameaça que tanto servira, através dos séculos, para mobilizar energias e estruturar as nações. Esta concepção do outro, de sua ‘hostilidade’ necessária, de sua periculosidade construtiva, de seu afrontamento cíclico e regenerador nós sabemos desde sempre de que nos valeu: ruínas e desgraças. Viu-se muito bem as tentativas, conduzidas aqui e ali por certos Estados – não dos menores, observe-se – de se constituírem por comodidade através de inimigos de circunstância – o Islã, Estados delinquentes, Eixo do Mal, mas sabe-se também que essas tentações a um retorno ao maniqueísmo de outrora devem ser denunciadas e que não podem senão ser votadas ao fracasso. Isso pela excelente e suficiente razão de que a maior parte dos europeus, como também a maior parte dos habitantes do Planeta não mais admitimos tal concepção no âmbito da vida internacional. Não por uma fraqueza condenável ou uma espécie de impotência congênita, como denunciou recentemente Robert Kagan no que tange aos países europeus, mas porque temos consciência de termos entrado numa nova era, a da informação, do conhecimento e da democracia. E esta nos incita, parece, a uma outra concepção do Homem, mais igualitária, menos injusta, mais fraternal...

Nossas sociedades não podem de modo duradouro, sem riscos para sua segurança, continuar a recomendar uma coisa e praticar seu contrário, invocar os ‘direitos do Homem’ como panacéia, ao mesmo tempo que consideram o ‘Outro’ como adversário; pregar a religião do humanismo e o culto do inimigo. Se acreditamos na primeira, a segunda crença está excluída, é ímpia. Nossos irmãos não são nossos inimigos, ou pior, nossos rivais, aceitação que não deveria implicar tragédias. Aceitar a responsabilidade desta nova

época e querer conservar nossas chances de sermos atores na era da informação, é meter mãos à obra para entrar em harmonia com ela, aceitar renovar, em particular, a maioria de nossos conceitos e recusar toda visão maniqueísta de um mundo que não é necessariamente povoado, quer na França, quer alhures, por bons e ruins, mas por homens e mulheres cujos problemas, aspirações e oposições provocam desordens e conflitos dolorosos que convém resolver.

Sobre esses dois temas – conflitividade e hostilidade, beligerância – confrontam-se hoje concepções divergentes, uma representada pelos Estados Unidos, mais que nunca à la Clausewitz, parece, decidida a reconfigurar o mundo consoante essa dualidade: guerra e paz, amigo-inimigo. Outra, proposta por certos (e raros) países europeus e um grande número de países do Sul, que tentam pensar o mundo em termos outros que apenas o da força e potência: Vigilância e Proteção.

Mas somos nós capazes de pelo menos imaginar esse mundo – e as relações entre Estados – sem sistematicamente pensá-los em termos de relação de força? Podemos pensar a Defesa de outro modo que em termos de ameaças, de agressões, e por tudo dito, de guerra? Face a esta violência (insidiosa, infra-estatal, assimétrica) que efetivamente tende a se estender, uma vez que nada a ela se opõe, a não ser instrumentos de potência tão ineficientes quanto provocadores, cumpre-nos retornar a noções mais modestas em termos tanto políticos quanto financeiros e melhor adaptados sobre um plano que se podia chamar “estratégico”, se este qualificativo não se tivesse tornado suspeito.

Se o sistema de Defesa do século XX condenou-se a si mesmo por sua periculosidade, seu custo e ineficiência, cabe a nós transformá-lo em outro que privilegiará enfim a segurança, isto é, a capacidade de viver em ‘coerência, harmonia’ com os outros, sob o respeito a uma ordem interna e externa aceita por consenso. Pelo que se vê, o que os povos reclamam, não é que se exerça potência, expressão de uma vontade de dominação e, portanto, de desprezo pelo outro, mas que as pessoas tentem, experimentem, a tolerância, forma de respeito e aceitação do outro. Acima de tudo, que sejam atacadas as

causas dos problemas de suas vidas, que se lhes ofereçam um quadro de vida que as autorize a satisfazer suas modestas aspirações, não a se apossar da Lua, mas a se pôr em direção a um determinado e fixo alvo de felicidade terrestre. E esses problemas se chamam, efetivamente, delinquência, banditismo, criminalidade, vandalismo, tráfico, corrupção. Se os Estados não mais têm que fazer a guerra entre si, ei-los enfim livres para fazerem respeitar a paz e tranqüilidade em suas vizinhanças. E há muito boas razões para que eles se dêem urgência – e, em harmonia, se dotem de conceitos, de sistemas e de instrumentos locais, nacionais, regionais, mundiais, para esta difícil, mas necessária empresa.

A priori, o problema não parece insolúvel. Atente-se para o fato de que países que sobreviveram às catástrofes do século passado têm, indubitavelmente, capacidade de adaptação e regulação frente a questões relativas à insegurança, as quais, se ainda lhes são importantes, nada obstante são de menor escala. De outro modo, poder-se-á perguntar: – será verdade que as nações não reagem senão sob a força ou diante da tragédia, deixando-se levar com facilidade pelos problemas do dia-a-dia? Porém, o que mais freqüentemente parece hoje faltar é clarividência estratégica. Quer no nível nacional, quer no internacional como a União Européia, as pessoas parecem fascinadas pelo modelo norte-americano e anseiam senão por imitá-lo, pelo menos por exibirem igual peso em termos de força, justamente agora que cumpria tentar adaptar-se às necessidades dos tempos. Estas são de três ordens: a) ataque às raízes do mal interno e externo, o que depende de ação política e econômica; b) concordância quanto a um nível de vigilância e de alerta permanente quanto às realidades do mundo (mudanças, desequilíbrios, riscos, perigos); c) contenção às manifestações excessivas da violência e promoção de garantias a um funcionamento de nossas sociedades tão harmonioso quanto possível, as duas últimas tarefas referindo-se precisamente ao sistema de segurança.

Este, ao contrário de um aparelho de defesa, não tem, para se justificar, necessidade de uma ameaça explícita: ele é necessário por si mesmo, do mesmo modo como se justifica, no caso de um indivíduo, a necessidade de assegurar seus bens ou sua vida, não contra

um acidente antecipável ou um predador nomeadamente designado, mas contra uma série de riscos inventariados e estimados em função de fatos constatados a partir da realidade da violência e circunstâncias das desordens. Para responder às exigências de nossas sociedades, o sistema deve apresentar a garantia de sua perenidade ao assegurar as duas condições da segurança, que são a vigilância e a proteção, esta estreitamente dependente daquela, articulada a partir do conceito de prevenção e implicando uma revisão radical da componente ‘informação’.

É em torno dessas funções que deve se organizar o sistema de segurança. Sua característica principal reside em sua globalidade. Nem a vigilância nem a proteção são conceitos exclusivamente militares, o que induz a orientação do sistema em direção à mescla civil-militar – até mesmo pela extensão de capacidades e de sinergias, de fazer face à complexidade das missões. É preciso, entretanto, permitir existência à instituição militar enquanto tal no seio desse sistema. Melhor: cumpre que ela aí possa se afirmar. Não como declarou Psichari: “Porque um exército, isto implica que aí haja militares”, mas porque o Estado como a sociedade têm necessidade desse pilar da República, de sua presença, de sua organização rigorosa, de seu modelo de serviço, de sua disponibilidade, em resumo, de sua exemplaridade produtiva de parâmetros. Sem necessariamente que se deixe de aí pôr os militares, nem que se inunde de generais as antecâmaras dos palácios da República, antes parece que esta tenha tendência a negligenciá-los, muitas vezes marginalizá-los, privando-se assim de seu concurso sólido e precioso. Este aspecto formal e de representação, cuja importância uma vez mais não pode ser subestimada, não devia ocultar as funções maiores inerentes à instituição militar no coração do sistema de segurança, a saber: a dissuasão, a proteção do território e das populações, a ação exterior. Estas três funções não surpreenderão ninguém, são as missões habitualmente confiadas aos exércitos. Tudo depende da ordem e da importância relativa que se lhes atribua. Garantir o Estado e a sobrevivência, tal é a missão prioritária da força de dissuasão. Mas o que importa nesse domínio, sabe-se, é a suficiência; também cumpre ficar em nível de força razoável. E manter o armamento nu-

clear 'apto'. Em contrapartida, o que parece incompreensível é que, não obstante as boas razões, continue-se ao largo da construção de um sistema antimísseis que uma vez posto em linha de combate, tornasse inoperante, desnecessária, a capacidade nuclear dissuasória. A segunda missão nessa ordem de necessidades, mas sem dúvida a primeira por sua importância, compreender-se-á, é a de poder proteger o território e a população. Neste domínio estamos perigosamente à margem do tema. O Exército, além de sua simples presença, tem por finalidade servir a nação francesa, sua sociedade, sua base territorial sobre a qual repousam seus fundamentos políticos, econômicos, sociais, culturais... A sociedade tem necessidade de homens e de mulheres que se consagrem a seu serviço, que lhe aportem garantias, devotados ao que ela representa, esta idéia de pátria imorredoura (*pas si morte que ça*).

A missão de proteção, atualmente deixada meio de lado, ou assegurada por meios frágeis, deve ser seriamente reconsiderada. A função exterior, simbolizada pela capacidade de projeção, a mais prestigiosa porque amplamente mediatizada, parece, ao contrário, poder ser relativizada. Ela não tem, de fato, justificação, a não ser num quadro multinacional, para levar ajuda a um país amigo ou para responder a uma demanda de instâncias internacionais. Vê-se bem que não se pode tratar senão de forças pouco numerosas, especializadas e treinadas nas realidades dos conflitos atuais. Mas de nenhum modo uma 'armada' pronta a invadir, a conquistar, a deslanchar batalhas hipotéticas e sobretudo quiméricas. A intervenção conduzida na Costa do Marfim em dezembro de 2002 bem mostra os limites do exercício e a especificidade da força necessária. Nós nos restringiremos, por enquanto, a esse esboço, por definição imperfeito e sumário. Porque o essencial hoje não é descrever precisamente a organização e os meios de um futuro sistema de segurança, mas antes proceder de modo que as pessoas aceitem essa idéia. Parece que no debate em curso sobre o futuro da PESD – Política Européia de Segurança e Defesa, esta jóia do pensamento de segurança e de defesa, a UE, com a França à sua testa, tenha efetivamente uma responsabilidade histórica, a de conceber, depois a de implementar, um modelo de organização da segurança

não só para ela mesma e para os povos que a constituem, mas também para as outras nações. Esta alternativa é indispensável ao mundo contemporâneo para que entremos na nova modernidade, a da coesão e da solidariedade, que nós já assumimos como nosso compromisso.